

Essas instituições, que apesar de processadas continuam a receber dinheiro do Ministério, foram alvo de investigação do Ministério Público Federal (MPF), que em setembro do ano passado, por considerar que houve direcionamento na seleção dessas entidades, decidiu mover uma ação civil pública contra elas e a União, que repassa as verbas através do Ministério do Trabalho.

Na ação, o MPF pede a interrupção imediata dos repasses, já foram liberados R\$ 9 milhões e a devolução do dinheiro ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), fonte dos recursos utilizados pelo Ministério.

Sala da Comissão, em 17 março de 2011.

Deputado AUGUSTO COUTINHO
DEM/PE

